

FIGURA FEMININA: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E LINGUAGEM PATRIARCAL

Patricia Santana da Silva¹
Wander Melo Miranda²

Resumo: Nos dias atuais um assunto bastante repercutido nas redes sociais tem sido a violência contra a mulher e é notório que as estatísticas só aumentam, tornando-se um problema psicossocial e de saúde pública que afeta a integridade física e psíquica da mulher agredida. Nesse contexto destaca-se a violência psicológica que dentro de um sistema patriarcal usa a linguagem para oprimir, controlar e subjugar a figura feminina. O objetivo desse estudo consiste em identificar como a mulher é afetada pela violência psicológica e como a linguagem patriarcal contribui para a desvalorização da figura feminina no espaço social. Esse trabalho tem como suporte teórico os autores: Bourdieu (1999); Bandeira (2014); Cunha (2014); Dépêche (2008); Deslandes; Gomes, (2000); Fonseca; Guedes (2011); Freyre (1987); Miller (2002); Narvaz; Koller (2006); Saffioti (1987); Souza (2010); Weber (2000). Como referencial metodológico define-se pelo método qualitativo e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa busca incentivar reflexões que despertem a percepção de que há uma necessidade de desconstruir as bases do regime patriarcal que fazem perpetuar a desigualdade de gênero.
Palavras-Chave: Violência psicológica. Linguagem patriarcal. Gênero.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos a mulher vem conquistando o seu espaço na sociedade através de políticas públicas voltadas para garantir os seus direitos. Porém, apesar das vitórias alcançadas nessa trajetória histórica, a mesma ainda vem sofrendo discriminações e diversos tipos de violência que se configuram a partir da desigualdade de gênero e da objetificação do corpo feminino que banaliza a imagem da mulher a partir do

momento que prioriza e valoriza a sua aparência banalizando os seus valores como ser humano.

Nos dias atuais as mulheres são estereotipadas e hipersexualizadas através da objetificação do seu corpo em propagandas de cerveja, automóveis, lingerie, cosméticos, revistas, entre outros. Em todo esse processo de desvalorização da figura feminina, a relação existente entre a violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino ganha destaque. No livro de Cristina M. T. Stevens e Tania Navarro Swain, “A Construção dos Corpos. Perspectivas Feministas” (2008), Marie-France Dépêche explora bastante esse tema no terceiro capítulo onde ela discorre sobre as reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino.

Segundo Ferdinand de Saussure, citado por Marie-France Dépêche (2008) a língua é um sistema arbitrário, mas que não é acidental porque ela é uma máquina que funciona de acordo a conjuntura. Então além dela representar o mundo, ela é intervenção em meio a esse próprio mundo. A língua utilizada para se referir ao feminino, se apropria do senso comum que usa e abusa da linguagem patriarcal que é considerada como uma linguagem materna, mas que na visão feminista pode ser considerada como uma língua paterna.

Em reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino, Marie-France Dépêche (2008) discuti que o conceito de linguagem não se restringe apenas a um sistema de signos, pois a linguagem é uma instituição, um lugar de exercício do poder. Nesse sentido, o sistema de opressão ao feminino acontece por meio de metáforas sexistas, provérbios, ditados e expressões que causam uma violência psicológica tão agressiva quanto a violência física e todo esse processo acontece através do poder da linguagem.

Considerando que o poder simbólico da linguagem leva a mulher absorver a ideologia patriarcal através da submissão, o objetivo desse estudo consiste em identificar como a mulher é afetada pela violência psicológica e como a linguagem patriarcal contribui para a desvalorização da figura feminina no espaço social. A primeira parte desse trabalho discorre sobre linguagem e violência psicológica, a segunda parte, aborda o patriarcado como dominação masculina. Como referencial metodológico o trabalho define-se pelo método qualitativo.

O presente trabalho busca incentivar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a desconstrução de valores enraizados no regime patriarcal que fazem perpetuar a desigualdade de gênero e contribuem para a disseminação da violência de gênero que causa o apagamento da figura feminina através da inferiorização que surge principalmente por conta dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

LINGUAGEM E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A violência psicológica trata-se de um tipo de agressão que pode se manifestar através de expressões verbais violentas, indiferença, intolerância, discriminação, perseguição, chantagem, exploração, vigilância constante, reclusão ou privação. Esse tipo de violência se identifica com ações que controlam o comportamento da vítima influenciando suas decisões através de ameaças seguidas de constrangimento e manipulação. A violência psicológica é estabelecida pela Lei Maria da Penha, artigo 7º, Inciso III, como:

“qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz,

insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;”

A violência psicológica frequentemente acontece dentro de uma relação desigual de poder, onde o agressor usa um discurso voltado para mexer com o psicológico da vítima, e exercendo autoridade sobre ela, manipula e controla. As agressões psicológicas geralmente acontecem de forma sutil e silenciosa, por isso são aceitas e dificilmente são identificadas por suas vítimas como violência.

Marie-France Dépêche (2008) traz possibilidades de a linguagem ser analisada a partir de algumas categorias como: violência físico-verbal, a simbólico-escrita, e a violência por omissão. Todos esses tipos de violência contribuem para afetar o psicológico da mulher, contribuindo ainda para a inferiorização e até o apagamento da figura feminina no meio social.

A violência físico-verbal trata-se de expressões violentas que agridem o corpo feminino. Nessa linguagem agressiva o dizer reforça o fazer. Em alguns relacionamentos, existem muitas expressões verbais pejorativas e controladoras direcionadas a mulher, que são encaradas como algo comum. O processo de naturalização desse tipo de violência e a opressão contra a mulher, geralmente acontece através de metáforas sexistas, provérbios, ditados e expressões violentas que são identificadas muitas vezes como “brincadeiras”, mas que agridem o psicológico da vítima e podem desencadear vários problemas de saúde.

Conforme Marie-France Dépêche (2008), a opressão através da linguagem físico-verbal acontece em diferentes idiomas. O regime Nazista fez com que as mulheres assumissem a naturalização da violência verbal, internalizando que “lugar de mulher é em casa, na igreja e cuidando dos filhos”. Neste sentido o corpo feminino é reconhecido como corpo feito para o sexo,

com a finalidade de dar prazer e procriar. Um ditado árabe, brasileiro e internacional é usado para justificar atos violentos de um homem. “Mesmo se você não sabe por que bate na sua mulher, ela sabe”. A expressão verbal “Filha da puta” já foi naturalizada e acontece de forma banal e corriqueira, mas denuncia o desprezo e o ódio masculino com relação ao feminino.

Na violência simbólico-escrita, o simbólico da linguagem grava-se nas mentes graças às imagens que se formam na hora da leitura. Essas imagens aparecem bastante em propagandas de cervejas que objetificam a figura feminina, mas passam despercebidas por algumas mulheres. Muitas mulheres têm dificuldade de se identificarem como vítimas da violência psicológica. Por ser uma violência que não deixa lesões físicas, muitas vezes torna-se silenciosa e invisível para suas vítimas. Nesse sentido, o agressor se aproveita da vulnerabilidade das mesmas e impõe o seu poder de opressão através da manipulação psicológica e como consequência disso, os atos violentos acabam sendo banalizando e as próprias vítimas ainda acabam acreditando ter provocado a ação do agressor.

A violência por omissão se caracteriza por falta de linguagem onde as histórias dos homens ignora a história das mulheres. A linguagem masculina apaga a imagem feminina na sociedade onde o masculino é usado sempre para representar o todo. Com isso as mulheres entram em um ciclo de exclusão e como já foram induzidas a naturalizarem o fato acabam reforçando a linguagem violenta que discrimina, rotula, exclui e anula a imagem feminina no meio social.

Na violência físico-verbal, simbólico-escrita e violência por omissão, há uma pressão psicológica através de uma linguagem violenta, que faz a vítima passar a interiorizar os comandos do agressor reforçando as ações que são usadas para a sua própria manipulação e este fato contribui para que a vítima dissemine de

forma naturalizada o ciclo de agressão a si mesma. Sendo manipulada pelo agressor ela se torna dependente dele e isso agrava mais a situação, pois ela passa a se anular para satisfazer as vontades do outro e nesse processo seus próprios desejos e desgostos são ignorados, pois não interessa ao outro.

Na dinâmica dos relacionamentos que existe abuso psicológico, a vítima geralmente carrega sempre consigo o medo de desapontar o agressor e por conta disso vive tentando sempre dar o melhor de si para agradar o seu companheiro e evitar possíveis contrariedades. Para o agressor essa tática não é atraente e para manter vivo o ciclo de violência, ele continua manipulando e controlando a vítima que ainda satisfaz todos os seus desejos, ele nunca ficará satisfeito e sempre encontrará uma maneira de atacá-la.

A violência psicológica trata-se de um problema psicossocial e de saúde pública que afeta a integridade física e psicológica da mulher agredida, tendo o poder de provocar na vítima doenças psicossomáticas como dores crônicas, depressão, síndrome do pânico, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares. Segundo Souza (2010), quando uma mulher sofre esse tipo de agressão que em algumas situações pode não ser identificada com tal, ela fica vulnerável e pode carregar por toda a sua vida marcas profundas e incuráveis.

Geralmente o ciclo de violência psicológica normalmente contribui para que a violência física aconteça. Segundo Bandeira (2014), a violência física é uma consequência da violência psicológica, pois é a partir da manipulação psicológica que o agressor controla e subjuga a sua vítima. Para Miller (2002, p. 16), “o agressor, antes de poder ferir fisicamente sua companheira, precisa baixar a autoestima de tal forma que ela tolere as agressões”.

Dentre os fatores que contribuem para que a mulher fique presa em um ciclo vicioso de violência psicológica se destacam a dependência emocional e econômica e a valorização de uma cultura patriarcal que pode ser vista como herança cultural que determina a condição subalterna da mulher, onde as ideias sobre os papéis desenvolvidos na sociedade são determinadas a partir do sexo de cada um, através de uma cultura machista, que privilegia o masculino e suas características voltadas para a dominação e opressão do sexo feminino que por sua vez inconscientemente sofre um processo de docilização de seus corpos para poder se adequar as regras impostas e muitas vezes se sentir útil.

PATRIARCADO COMO DOMINAÇÃO MASCULINA

Historicamente, a relação entre família e patriarcado está vinculada ao conceito de família da Roma antiga, que oriundo do vocábulo latino *famulus*, significa "escravo doméstico". Na família romana o homem representava o centro dessa instituição e tinha sob dominação a mulher, os filhos e os escravos que deveriam ser obedientes e submissos, acatando as ordens vindas do patriarca. Porém o patriarcado não se legitima por ser o pai que detém o poder no seio de sua família, mas pelo fato do poder está centrado na figura masculina.

Nesse sentido Narvaz e Koller (2006) trazem que as mulheres ocupam um lugar de subordinação com relação ao homem por princípios de hierarquia e os mais jovens aos homens mais velhos. Através de regras e valores que regem o patriarcado o masculino é empoderado em uma sociedade que valoriza as atividades masculinas em detrimento das atividades femininas o que contribuiu para legitimar o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina.

De acordo com o conceito atribuído por Weber (2000, p. 184), “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.

Ao longo dos tempos a imagem da mulher na sociedade vem sendo propagada como sexo frágil, dependente da figura masculina, obediente e submissa. Este fato está ligado a crenças e valores, que foram herdados do patriarcado onde o homem ocupa uma posição superior na família exercendo autoridade máxima sobre a mulher. Segundo Cunha (2014):

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s) (CUNHA, 2014, p. 154).

A trajetória histórica da mulher no Brasil é marcada por um padrão de dominação da figura masculina sobre a figura feminina o que culmina na reprodução de ideias que fazem legitimar o papel secundário que a mulher ocupa na sociedade, sendo sempre vista como sexo frágil e que deve ser submissa aos homens que por sua vez são considerados como dominadores, fortes e viril. Conforme (BOURDIEU, 1999, p. 7-8) trata-se de um processo de subordinação que resulta daquilo que ele chama de violência simbólica.

Essa violência simbólica possivelmente acontece a partir do momento que a mulher acata modelos tradicionais de relações de gênero e seguem as dinâmicas familiares que fazem parte da reprodução da sua herança cultural, onde é aceitável a dominação masculina. A inferiorização da mulher passa a ser vista como uma violência subjetiva, sutil, suave e silenciosa, onde a própria mulher

não consegue se identificar como vítima justamente pelo fato da aceitação.

Sobre o papel ocupado pela mulher no seio familiar, Freyre (1987) apresenta a mulher como “esposa dócil” e submissa, responsável pelas tarefas domésticas e educação dos filhos. Essa docilidade acontece pela ordem do discurso que de forma naturalizada vai impondo disciplina e fazendo com que as diferenças de gênero venham sendo reafirmadas e reproduzidas ao longo do tempo.

O regime patriarcal pode ser visto como herança cultural que determina a condição subalterna da mulher, onde as ideias sobre os papéis desenvolvidos na sociedade são determinadas a partir do sexo de cada um, através de uma cultura machista, que privilegia o masculino e suas características voltadas para a dominação e opressão do sexo feminino que por sua vez inconscientemente sofre um processo de docilização de seus corpos para poder se adequar as regras impostas e muitas vezes se sentir útil.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade determina com bastante precisão, os campos e que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

O lugar pertencente a mulher no sistema patriarcal sempre esteve restrito ao espaço privado do seu lar sem ter poder de decisão e sendo submissa passava a ser um corpo controlado e manipulado, enquanto o homem tinha autonomia e ocupava papéis ligados a esfera pública. Nesse sentido a identidade feminina foi tornando-se invisível ou vista como menos importante aos olhos da sociedade.

A partir do processo sociocultural de construção de identidade, tanto masculina quanto feminina, o menino é ensinado a não exteriorizar seus sentimentos, fraquezas e sensibilidade, a ser diferente da mãe e espelhar-se no pai, provedor, seguro e justiceiro. Em contrapartida, com a menina, acontece o oposto, ela deve se identificar com a mãe e com características ditas femininas como docilidades, dependência, insegurança, entre outras.

A diferença de papéis entre homens e mulheres pode ser exemplificada através da divisão sexual do trabalho que acontece na família, fazendo prevalecer a desigualdade de gênero, mesmo porque desde cedo as crianças do sexo masculino já começam a ter uma educação diferenciada e voltada para preparar homens fortes e provedores que se diferenciam das mulheres pelo fato da masculinidade.

No sistema patriarcal, a desigualdade de gênero se configura a partir da classificação e discriminação do masculino e feminino. Muitas vezes a legitimação da desigualdade entre homens e mulheres, acaba sendo justificada com base no biológico e em características físicas, mas por traz dessa justificativa se faz presente toda uma construção social. Nesse sentido as desigualdades de gênero são usadas como instrumento para determinar e controlar as possibilidades de quem se enquadra em cada grupo.

Ainda temos influências de uma sociedade patriarcal e conservadora que faz legitimar a ideia de que o homem deve subjugar a mulher e exercer o seu poder sobre ela. Neste sentido, o homem sempre tem razão, sensatez, poder de escolha, racionalidade e direito a um salário no final do mês, enquanto a mulher deve obedecê-lo e acatar as suas ordens pois, em uma cultura patriarcal a figura feminina deve ser obediente e quando mais submissa melhor.

Ao longo dos tempos a história da mulher na sociedade vem sendo marcada pela desigualdade de gênero com relação ao lugar ocupado no meio social onde a imagem da mulher é propagada como sexo frágil, dependente da figura masculina, obediente submissa e que deve ser responsável por cuidar de sua casa e da família. Este fato está ligado a crenças e valores que foram herdados do patriarcado onde o homem ocupa uma posição superior na família exercendo autoridade máxima sobre a mulher.

Embora a mulher contemporânea venha conquistando a cada dia o seu espaço na sociedade ainda existem resquícios do patriarcado em seu dia a dia, pois ela deve ajustar o seu tempo para conciliar profissão com tarefas domésticas, como cuidar do lar e dos filhos e muitas vezes ainda tem a tarefa de enfrentar o problema do marido que não aceita que ela trabalhe fora de casa. Essas imposições são socialmente e historicamente construídas, a partir de padrões normativos do que é ser homem e o que é ser mulher.

Nesse contexto, vivemos em uma sociedade que almeja que tanto as mulheres como os homens se comportem de acordo com seu papel social de gênero. Essa desigualdade entre homens e mulheres legitimadas dentro do sistema patriarcal, contribuem para a disseminação de diversas formas de violência contra a mulher, inclusive a violência psicológica que é uma das formas de violência mais perversas que atinge a figura feminina uma vez que limita a mesma sobre o seu direitos de ir e vir através da manipulação e do controle.

CONCLUSÃO

Com base nas leituras direcionadas para o tema exposto, a violência contra a mulher sempre existiu e faz parte da

humanidade desde seus primórdios perpassando as gerações. No Brasil e no mundo é crescente o alto índice de violência praticada contra a mulher, o que se constitui uma grande violação dos direitos humanos de acordo com Fonseca e Guedes (2011), pois afeta de modo negativo o seu bem estar e a impede de participar plenamente da sociedade.

A violência psicológica contra a mulher é produzida e reproduzida nas relações de poder onde existe um entrelaçamento das categorias de gênero .Trata-se de um problema cultural que se manifesta de forma particular no sistema patriarcal de maneira sutil e silenciosa onde há uma relação de poder, em que o mais forte se sente no status de subjugar o mais fraco .Muitas vezes é difícil para a mulher se reconhecer como vítima e por isso não internaliza facilmente como ocorre todo o processo de manipulação e controle.

A invisibilidade da violência psicológica dentro do sistema patriarcal se dá justamente pelo fato da mesma ser silenciosa e pode ser considerada como um tipo de agressão muito perversa que compromete o psicológico da mulher agredida que não consegue reagir por já ter internalizado os atos como coisas corriqueiras, banais e comum em todo relacionamento.

No sistema patriarcal a mulher sofre um tipo de coerção construída a partir de uma cultura que está enraizada em normas e valores voltados para a valorização da figura masculina e anulação da figura feminina no espaço social. Este tipo de violência está sempre mascarada pelo ciúmes, controle social e críticas duras sobre os hábitos de vida da mesma. A mulher por sua vez não percebe que está sendo vítima da agressão psicológica, pois entende que seu companheiro apenas está demonstrando o amor e os cuidados que tem por ela.

Diferente do que se imagina não é preciso ser agredida fisicamente para a mulher se encontrar em uma relação violenta. Algumas atitudes e palavras podem ferir a autoestima tanto quanto. Para Deslandes e Gomes (2000) a violência psicológica é a forma mais subjetiva de agressão e por isso, difícil de identificar, o que na maioria das vezes é negligenciada até por quem sofre por não perceber, pois ela vem mascarada por ciúmes, controles, ironias e ofensas.

Pesquisar esse assunto implicou na rediscussão de valores e comportamentos construídos, também na redefinição de nossa cultura, nossa educação na forma como pensamos a sociedade, e de que modo a desejamos. A violência contra a mulher por ser um fenômeno complexo requer uma mudança cultural em relação ao poder masculino em nossa sociedade. É uma mudança que não ocorrerá de imediato, mas torna-se essencial pra que as próximas gerações desfrutem de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. estado*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014.

CUNHA, Bárbara Madruga. *Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero*. XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR. Curitiba, 2014.

DÉPÊCHE, Marie-France. Reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tania Navarro (Org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

DESLANDES, S.F; GOMES, R. S. Caracterização dos casos de violência contra a mulher em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Caderno de Saúde Pública*, 2000.

FONSECA, R.M.G.S; GUEDES, R.N. *Violência doméstica: Um olhar de gênero*. Mesa redonda na 63ª região anual da sociedade brasileira para o progresso da ciência. Goiânia, p. 10-15, jul, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.1987.

MILLER, L. *Protegendo as mulheres da violência doméstica*. Seminário de treinamento para juizes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Trad. Osmar Mendes. 2. ed. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: Da prescrição Normativa à Subversão Criativa. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 1, n. 18, p. 49-55, jan/abr. 2006. arvaz, M. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Hugo Leonardo. Feridas que não se curam: *A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro*. In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, p. 1-9, jun. 2010.

WEBER M. *Economia e Sociedade*. 3. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.